

## Exame Final Nacional de Filosofia

### Prova 714 | Época Especial | Ensino Secundário | 2024

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

8 Páginas

A prova inclui 12 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 6 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

---

Para cada resposta, identifique o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

---

---

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

---

\* 1. Num argumento indutivamente forte, a conclusão

- (A) é uma consequência lógica das premissas.
- (B) tem de ser verdadeira, supondo-se que as premissas são verdadeiras.
- (C) tem de exprimir uma proposição universal.
- (D) é provavelmente verdadeira, supondo-se que as premissas são verdadeiras.

2. Imagine que alguém argumentava do modo seguinte.

Com a desculpa da saúde pública, há quem queira impor-nos programas de vacinação obrigatória. Isto é inaceitável. Primeiro, vacinam-nos. Depois, se não resistirmos, decidem — *para o nosso bem!* — o que podemos ver e dizer na Internet. Por fim, hão de ditar aquilo em que temos de acreditar. Precisamos de resistir aos programas de vacinação obrigatória, pois já percebemos que querem controlar todos os aspetos da nossa vida.

Em que falácia incorreria quem argumentasse deste modo?

- (A) Derrapagem.
- (B) Falsa relação causal.
- (C) Generalização precipitada.
- (D) *Ad hominem*.

3. Leia o texto seguinte.

Dizer que «se o determinismo for verdadeiro, a *natureza* do leitor é fixa» significa dizer uma coisa que é falsa. As nossas naturezas não são fixas, porque ao longo da evolução nos tornámos em entidades *concebidas* de modo a alterar as suas naturezas em resposta às interações com o resto do mundo. [...]

Se é daquelas pessoas que pensam que o livre-arbítrio só é *realmente* livre-arbítrio se emergir de uma alma imaterial que paira alegremente sobre o seu cérebro, lançando setas de decisão para o seu córtex motor, então, dado que o *leitor* pensa que o livre-arbítrio é isso, a minha opinião é que não existe de todo livre-arbítrio. Se, por outro lado, pensa que o livre-arbítrio pode ser moralmente importante sem ser sobrenatural, então a minha opinião é que o livre-arbítrio é de facto real, só que não é provavelmente o que pensava.

D. Dennett, *A Liberdade Evolui*, Lisboa, Temas e Debates, 2005, pp. 109, 236. (Texto adaptado)

Considerando os excertos transcritos, é possível inferir que o autor

- (A) rejeita a tese de que o livre-arbítrio é incompatível com o determinismo.
- (B) defende o determinismo radical.
- (C) defende o libertismo.
- (D) rejeita o determinismo e a tese de que o livre-arbítrio é uma ilusão.

4. De acordo com Kant, por sermos seres finitos com necessidades e inclinações, é possível que aquilo que a lei moral determina não seja o que desejamos. Tal possibilidade justifica que a lei moral tenha de ser especificada como um
- (A) contrato.
  - (B) imperativo.
  - (C) prazer superior.
  - (D) sentimento de simpatia.
5. De acordo com Kant, em qual dos casos seguintes a vontade do agente é autónoma?
- (A) Quando é honesto num negócio por saber que a desonestidade tem um preço.
  - (B) Quando salva uma pessoa em perigo de afogamento por se sentir capaz de o fazer.
  - (C) Quando diz a verdade por puro respeito ao dever de não mentir.
  - (D) Quando cumpre uma promessa por querer ficar bem-visto.
6. Leia o texto seguinte.

A grande maioria das boas ações não tem em vista o benefício do mundo, mas o de indivíduos, a partir dos quais se constitui o bem do mundo; e nestas ocasiões os pensamentos do homem mais virtuoso não precisam de ir além das pessoas específicas envolvidas, exceto na medida em que lhe seja necessário assegurar-se de que, ao beneficiá-las, não está a violar os direitos – isto é, as expectativas legítimas e autorizadas – de qualquer outra pessoa. Segundo a ética utilitarista, o objeto da virtude é a multiplicação da felicidade: as ocasiões em que qualquer pessoa [...] tem o poder de a multiplicar a uma escala abrangente [...] são excecionais [...]; em todos os outros casos, [...] tudo aquilo a que tem de dar atenção é o interesse ou a felicidade de apenas algumas pessoas.

J. S. Mill, *Utilitarismo*, Porto, Porto Editora, 2005, pp. 59-60. (Texto adaptado)

No texto, Mill procura responder à crítica segundo a qual

- (A) a teoria utilitarista exclui a existência de deveres.
- (B) o utilitarismo atribui um valor excessivo aos prazeres sensuais.
- (C) o critério moral utilitarista é excessivamente exigente.
- (D) a moralidade utilitarista se reduz ao juízo frio das consequências.

\* 7. As teorias morais de Kant e de Mill têm em comum

- (A) a exigência de imparcialidade.
- (B) a valorização do prazer.
- (C) a tese segundo a qual os deveres são descobertos *a priori*.
- (D) a importância atribuída ao sentimento moral de compaixão.

\* 8. A distinção entre emoção estética e emoções comuns, tais como a alegria e a tristeza, é central na teoria da arte seguinte.

- (A) Teoria histórica.
- (B) Teoria formalista.
- (C) Teoria expressivista.
- (D) Teoria institucional.

9. Leia o texto seguinte.

Desejando um certo pintor representar a beleza suprema, mandou reunir as mulheres bonitas que havia na região e, imitando de cada uma as partes mais belas, de uma os olhos, de outra o nariz, de outra as sobrancelhas e de cada uma um aspeto (pois não era possível que todas fossem bonitas em tudo), conseguiu realizar uma figura perfeita.

Dionísio de Halicarnasso, *Tratado da Imitação*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 66-67.

No texto, está patente a ideia de que

- (A) uma coisa é uma obra de arte desde que possa ser perfeitamente representada por algum artista.
- (B) a arte tem de representar coisas belas, e nada que seja feio pode ser arte.
- (C) uma obra não seria artística se não representasse a realidade de forma perfeita.
- (D) a representação artística não tem de consistir na reprodução exata de algo que realmente exista.

\* 10. Selecione a opção que apresenta uma **objeção** ao argumento cosmológico a favor da existência de Deus, tal como concebido pelos teístas.

- (A) Todas as coisas existentes no mundo têm uma causa diferente delas próprias.
- (B) O argumento é *a priori*, e um argumento *a priori* não permite inferir relações causais.
- (C) As epidemias, os terremotos e os furacões também são causados por Deus.
- (D) Ainda que exista uma causa sobrenatural do universo, essa causa não tem de ser Deus.

- \* 11. Admita que alguém afirma que Anselmo de Cantuária nasceu em Pádua ou em Aquino.

Admita, igualmente, que obtém a informação de que tal afirmação é falsa.

Partindo desta informação e considerando as regras de inferência estudadas, o que pode concluir acerca do local de nascimento de Anselmo de Cantuária?

Explique o processo inferencial realizado, nomeando a regra de inferência aplicada.

- \* 12. Todas as premissas do argumento seguinte são verdadeiras.

Zita Martins admite a existência de formas de vida extraterrestre e quer compreender o papel dos meteoritos na origem da vida na Terra, visto que é astrobióloga e, como é sabido, se é astrobióloga, admite a existência de formas de vida extraterrestre e quer compreender o papel dos meteoritos na origem da vida na Terra.

Avalie a solidez do argumento.

Na sua resposta, apresente todas as justificações necessárias.

- \* 13. «Será legítimo manter animais em cativeiro para os usar em espetáculos?» e «Será a eutanásia moralmente permissível?» são dois exemplos de perguntas que suscitam debates acesos, motivados por juízos morais opostos.

A existência de juízos morais opostos, em resposta a perguntas como as anteriores, será uma boa razão para pensar que não há verdades morais objetivas?

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

14. Considere o texto seguinte.

Imaginar uma pessoa incapaz de vínculos constitutivos a uma comunidade não é conceber um agente idealmente livre e racional, mas imaginar uma pessoa inteiramente desprovida de carácter e de profundidade moral. Ter carácter é saber que me movo numa história que [...] não controlo, mas que tem consequências para as minhas escolhas e conduta. É o que me compele a ser mais próximo de umas pessoas e mais distante de outras; é o que torna algumas finalidades mais apropriadas e outras menos. [...] Sou capaz de refletir sobre a minha história e, neste sentido, de me distanciar dela, mas essa distância é sempre precária e provisória, e a posição de reflexão nunca se situará fora da própria história.

M. Sandel, «The Procedural Republic and the Unencumbered Self», in C. Farrelly, *Contemporary Political Theory – A Reader*, Londres, Sage Publications, 2004, pp. 120-121. (Texto adaptado)

\* 14.1. Sandel afirma que «ter carácter é saber que me movo numa história que [...] não controlo, mas que tem consequências para as minhas escolhas e conduta».

Nesta afirmação, é criticado um aspeto da posição original concebida por Rawls.

Explicite esse aspeto.

\* 14.2. No texto, é evidente o contraste entre a conceção liberal de pessoa como agente livre e racional, que é a de Rawls, e a conceção comunitarista de pessoa como parte de uma comunidade à qual se encontra profundamente vinculada, que é a de Sandel.

Na sua opinião, qual é a conceção de pessoa mais adequada a uma sociedade democrática?

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

\* 15. Compare a posição de Descartes com a de Hume quanto à origem da ideia de Deus.

\* 16. Leia o texto seguinte.

A fim de plenamente nos familiarizarmos com a ideia de poder ou conexão necessária, examinemos a sua impressão; e, de modo a encontrar a impressão com maior certeza, procuremo-la em todas as fontes de onde possivelmente se pode derivar.

Ao olharmos, à nossa volta, para os objetos externos e ao considerarmos a operação das causas, nunca conseguimos, num único caso, descobrir qualquer poder ou conexão necessária nem qualquer qualidade que liga o efeito à causa e transforma um em consequência infalível da outra. Descobrimos apenas que um, de facto, se segue realmente à outra. [...] Eis tudo o que aparece aos sentidos *externos*. [...] Não existe, em qualquer caso singular e particular de causa e efeito, coisa alguma que possa sugerir a ideia de poder ou conexão necessária.

[...] Pela experiência, aprendemos apenas a frequente *conjunção* dos objetos, sem alguma vez conseguirmos compreender algo como a *conexão* entre eles.

D. Hume, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, Lisboa, Edições 70, 1985, pp. 65, 71.

Que razões tem Hume para defender que a ideia de conexão necessária não é derivada de impressões externas?

Na sua resposta, integre adequadamente a informação do texto.

\* 17. Leia o texto seguinte.

As leis gerais da natureza não são, na sua maior parte, objetos imediatos da percepção. Elas são inferências indutivas a partir de um extenso conjunto de factos, cuja verdade comum elas expressam, ou são, pelo menos na sua origem, hipóteses físicas, de natureza causal, que servem quer para explicar fenómenos com grande precisão quer para nos tornar capazes de prever novas combinações dos fenómenos.

G. Boole, *An Investigation of the Laws of Thought*, Londres, MacMillan, 1854, p. 4,  
in <https://archive.org> (consultado em 23/11/2023).

Concorda com a perspetiva expressa no texto acerca do conhecimento das leis da natureza?

Na sua resposta, deve:

- clarificar o problema em causa;
- apresentar inequivocamente a sua posição sobre a perspetiva expressa no texto acerca do conhecimento das leis da natureza;
- argumentar a favor da sua posição.

**FIM**

## COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	<b>1.</b>	<b>7.</b>	<b>8.</b>	<b>10.</b>	<b>11.</b>	<b>12.</b>	<b>13.</b>	<b>14.1.</b>	<b>14.2.</b>	<b>15.</b>	<b>16.</b>	<b>17.</b>	<b>Subtotal</b>
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	<b>156</b>
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	<b>2.</b>	<b>3.</b>		<b>4.</b>	<b>5.</b>		<b>6.</b>		<b>9.</b>		<b>Subtotal</b>		
Cotação (em pontos)	4 × 11 pontos											<b>44</b>	
<b>TOTAL</b>													<b>200</b>